



PODER JUDICIÁRIO
1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR
ADMDF1CJM/LICDF1CJM

EDITAL Nº N° 15/2022

DIRETORIA DO FORO DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR (1ª CJM)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

(Regido pelas Leis nº 10.520/2002 e Lei Complementar nº 123/2006, Decretos nº 10.024/2019, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993).

ORGÃO	DIRETORIA DO FORO DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR (1ª CJM)
UASG	UASG: 060028
UNIDADE	SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TIPO	MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO	Contratação de SEGURO TOTAL para os veículos da frota oficial do 1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR (1ª CJM) em todo o território nacional, com franquia obrigatória e cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas.
PROCESSO SEI	001762/22-01.001
VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO	R\$ 27.010,78 (vinte e sete mil dez reais e setenta e oito centavos).
DIA E HORA DA REALIZAÇÃO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022 não será destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.
PORTAL ELETRÔNICO DA INTERNET DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022	CONFORME EXPOSTO NO SUBITEM 6.1 DESTE EDITAL
PORTAL DE ACESSO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022	Portal de Compras do Governo Federal
LOCAL DE OBTENÇÃO DA CÓPIA FÍSICA DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022	Portal de Compras do Governo Federal
HORÁRIO	PRAIA BELO JARDIM Nº 555, TÉRREO, GALEÃO - ILHA DO GOVERNADOR, RIO DE JANEIRO/RJ, CEP: 21.941-290
TELEFONE DE CONTATO / E-MAIL	Das 11 hs às 17 hs

OBSERVAÇÃO

(21) 3479-4350 / nuap@stm.jus.br

Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes a este edital deverão ser encaminhados por meio eletrônico, para o endereço nuap@stm.jus.br, conforme os artigos 23 e 24 do Decreto nº 10.024/2019.

Os pedidos de esclarecimentos, as impugnações e as respectivas respostas serão disponibilizados a todos os interessados no [Portal de Compras do Governo Federal](#).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

A DIRETORIA DO FORO DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR (1ª CJM) leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dos Decretos 10.024, de 20 de setembro de 2019, e nº 8.538, de 6 de outubro 2015 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21 de

junho de 1993, realizará licitação na modalidade de **pregão eletrônico, tipo menor preço**, observadas as condições deste edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1. Contratação de SEGURO TOTAL, referente à frota de uso da 1ª Circunscrição Judiciária Militar (1ª CJM), com vigência em todo o território nacional e cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas, visando zelar e preservar o patrimônio público, como também de se resguardar de despesas com indenização aos usuários e veículos de terceiros, decorrentes de sinistros.

1.1. Fazem parte do Edital do pregão eletrônico nº 15/2022:

1.1.1.

Item	Anexo	Descrição
1	I	TERMO DE REFERÊNCIA
2	II	DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO (CASO NÃO TENHA REALIZADO A VISTORIA)
3	III	TERMO DE VISTORIA FACULTATIVO

1.2. Valor Máximo Estimado:

1.2.1. R\$ 27.010,78 (vinte e sete mil dez reais e setenta e oito centavos).

1.3. O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022 não será destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste pregão eletrônico as interessadas especializadas no ramo do objeto e regularmente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por intermédio do site www.gov.br/compras.

2.1.1. As licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema

2.1.2. Como requisito para participação do pregão eletrônico, a Licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital.

2.1.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva da Licitante, não se responsabilizando a DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM por quaisquer custos, transações efetuadas pela Licitante ou eventual desconexão do sistema.

2.2. Não poderão participar do presente pregão eletrônico:

2.2.1. consórcio de sociedades empresárias, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.2. sociedades empresárias punidas com suspensão temporária para licitar ou impedimento de contratar com a 1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública direta ou indireta federal, estadual ou municipal, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/1993, ou impedida de licitar no âmbito da União, de acordo com o art. 7º da Lei 10.520/2002;

2.2.3. servidor ou dirigente da 1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR.

2.3. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

2.3.1. inexistência de fato superveniente que a impeça de participar do certame;

2.3.2. ausência, em seu quadro, de empregado com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e com 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

2.3.3. elaboração independente de proposta;

2.3.4. concordância com as condições estabelecidas neste edital e atendimento aos requisitos de habilitação;

2.3.5. atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, no caso de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.

2.3.6. não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.3.7. os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

2.3.8. cumprimento da cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. O presente edital poderá ser impugnado nos termos do art. 24 do Decreto nº 10.024/19, por meio eletrônico, no endereço: nuap@stm.jus.br.

4.2. Até às 17:00 horas (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior a data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

4.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço

eletrônico sobredito.

4.4. A formulação da proposta, sem impugnação tempestiva ao edital, implica plena aceitação pelos interessados das condições nela estabelecidas.

5. DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1. Quando solicitado pelo Pregoeiro, durante a sessão eletrônica, a Licitante vencedora deverá enviar, para o sistema eletrônico, conforme dados constantes na planilha indicada no subitem 17.1, no Termo de Referência - Anexo I do Edital, devendo especificar a classe bônus e o valor de prêmio de cada veículo segurado.

5.1.1.1. Encaminhar o Anexo II ou III, conforme tenha realizado a vistoria ou não, conforme subitem 1.1.1 deste edital.

5.1.2. A licitante vencedora deverá encaminhar a proposta completa, conforme itens 5.7 e 5.8, devendo ser consignado nos campos apropriados do sistema os preços unitários e total, expressos em reais, incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

5.1.3. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.1.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.1.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.2. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, bem como, a proposta adequada ao último lance ofertado, serão encaminhados pela licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro, que não será inferior a duas horas, por meio da opção "enviar anexo" do sistema www.gov.br/compras, preferencialmente em arquivo único compactado.

5.2.1. Eventual pedido de prorrogação do referido prazo será deferido, a critério do Pregoeiro, se apresentado tempestivamente.

5.3. Não será admitida a desistência da proposta/lance, após o início ou o encerramento da fase de lances.

5.3.1. Excepcionalmente, após o encerramento da fase de lances, poderá ser acatado o pedido de desistência da proposta, em razão de motivo justo devidamente comprovado pela Licitante, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.

5.3.2. Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no subitem anterior, a Licitante desistente ficará sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

5.4. O não encaminhamento da documentação afeta a proposta, após a convocação pelo Pregoeiro, conforme prazo estipulado no subitem 5.2, caracteriza desistência para fins de aplicação das penalidades cabíveis.

5.5. Em face do teor do Acórdão TCU n.º 754/2015 – Plenário, na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, o Diretor do Foro da DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM autuará processo administrativo para apuração da(s) conduta(s) da(s) Licitante(s) convocada(s) e aplicação das penalidades cabíveis, já que tal prática se consubstancia em ato ilegal, previsto no rol do art. 7º, da Lei nº 10.520/2002.

5.6. Apenas os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e não possam ser retirados/verificados nos sites oficiais deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada, nos prazos estabelecidos pelo Pregoeiro.

5.6.1. Também não será necessário o envio impresso da proposta, salvo por expressa solicitação do Pregoeiro.

5.7. No campo "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado", deverão ser incluídas, obrigatoriamente, todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta, cuja omissão e/ou contrariedade implicará a aceitação dos prazos indicados:

5.7.1. prazo de vigência dos seguros dos veículos a partir de **24 horas do dia 28 de dezembro de 2022 até 24 horas do dia 28 de dezembro de 2023**.

5.7.1.1. Caso o início da vigência do seguro somente seja possível após esta data, deverá ser considerada como data de início dos serviços, a data do recebimento da respectiva nota de empenho.

5.7.2. **prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias**, contados do seu recebimento no sistema eletrônico.

5.8. **Da proposta deverão constar, ainda, as seguintes informações:**

5.8.1. Identificação social, número de CNPJ, assinatura do representante da proponente com indicação do CPF e/ ou RG, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e indicação de endereço eletrônico (e-mail).

5.8.1.1. A Licitante deverá declarar, na proposta, que está ciente da responsabilidade de manter seus dados cadastrais atualizados junto ao Contratante, bem como se compromete a informar qualquer alteração que venha a ser realizada:

5.8.1.1.1. os dados constantes da proposta devem ser compatíveis com aqueles registrados no SICAF.

5.8.1.1.1.1. Caso existam divergências, deverão ser apresentados os documentos legais que comprovem os novos registros.

5.9. **Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.**

5.10. **A Licitante deverá enviar proposta para a totalidade do item** que estiver cotando, sob pena de desclassificação da proposta.

5.11. Os preços constantes da proposta serão absolutamente líquidos, já incluídos todos os custos, diretos ou indiretos, inerentes ao objeto (salários, tributos, encargos sociais, fretes, material, etc.).

5.12. Os preços serão cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em algarismo e por extenso, prevalecendo o segundo no caso de divergência entre os dois.

5.13. O envio da proposta implica a aceitação plena deste edital e de seus termos, não cabendo qualquer alegação posterior quanto ao seu não entendimento, em qualquer fase do processo licitatório ou da execução contratual.

6. DA ABERTURA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A sessão pública será aberta pelo Pregoeiro, na internet, a partir do horário previsto no Portal de Compras do Governo Federal, endereço eletrônico: www.gov.br/compras.

6.2. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da utilização de certificado digital para acesso ao sistema e subsequente encaminhamento dos documentos de habilitação e da proposta de preços, no valor total para o item cotado, a partir da data da liberação do edital até o horário da abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.3. Endereço eletrônico: www.gov.br/compras.

6.4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

6.4.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. Se no dia estabelecido não houver expediente, a data de abertura fica automaticamente transferida para o primeiro dia útil seguinte, mantidos o mesmo local, hora e endereço eletrônico.

7. DA ETAPA DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva (sessão pública), as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a Licitante imediatamente informada, on-line, do seu recebimento e do valor consignado no registro:

7.1.1. os lances serão ofertados pelo valor total do item;

7.1.2. as Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e suas regras de aceitação;

7.1.3. a Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema eletrônico;

7.1.4. não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.2. As Licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, durante a sessão pública do pregão eletrônico, sendo vedada a identificação do seu detentor.

7.3. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.4. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.

7.4.1. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.5. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos.

7.6. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.8. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.9. Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema poderá permanecer acessível às Licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados:

7.10.1. quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7.11. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, **no mínimo, R\$ 10,00 (dez reais)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8. DO JULGAMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta diretamente à Licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, e, utilizando-se da funcionalidade de “Convocação de Anexos” existente no sistema eletrônico, poderá convocá-la para enviar o demonstrativo da proposta ajustada à última oferta, no prazo de, no mínimo, duas horas:

8.1.1. erros e omissões existentes no demonstrativo inicialmente enviado poderão ser retificados pela Licitante, após solicitação ou consentimento do Pregoeiro, desde que o preço ofertado não sofra acréscimo;

8.1.2. a negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais Licitantes;

8.1.3. não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

8.1.4. não serão aceitas propostas com preços unitários ou valor global manifestamente inexequíveis;

8.1.4.1. considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os decorrentes da contratação pretendida.

8.2. Quando houver participação nesta licitação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando sua proposta for igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta classificada em primeiro lugar:

8.2.1. em isso ocorrendo, e se a proposta classificada em primeiro lugar não tiver sido apresentada por microempresas ou empresas de pequeno porte, será procedido da seguinte forma:

8.2.1.1. classificação das propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista no subitem 8.2;

8.2.1.2. convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor valor dentre as classificadas na forma do subitem 8.2.1.1 para que no prazo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, apresente proposta de preço inferior à considerada vencedora, sob pena de preclusão e consequente adjudicação do objeto em favor daquela vencedora;

8.2.1.3. em não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação do subitem 8.2.1.2, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma do subitem 8.2.1.1, para o exercício do mesmo direito;

8.2.2. caso não ocorra a contratação nos termos previstos neste subitem 8.2 e seguintes, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

8.3. Na hipótese de a proposta ou de o melhor lance não ser aceito ou se a Licitante vencedora desatender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Nesta hipótese, o Pregoeiro, por meio

eletrônico, poderá ainda negociar com a Licitante para obter preço melhor.

8.4. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora.

8.5. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação jurídica, a qualificação econômico-financeira e as regularidades fiscal e trabalhista das licitantes serão verificadas por meio do SICAF ou por meio dos documentos a que se referem os artigos 28, 29 e 31 da Lei nº 8.666/93.

9.2. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão nº 1.793/2011-Plenário, também serão realizadas consultas:

a) ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - (Ceis) do Portal da Transparência;

b) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ ; e

c) ao Cadastro de Licitantes Inidôneos disponível no Portal do TCU.

9.3. A licitante vencedora deverá encaminhar os documentos complementares de habilitação, no prazo a ser estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a), que não será inferior a duas horas, por meio da opção "enviar anexo" do sistema www.gov.br/compras, preferencialmente em arquivo único compactado.

9.3.1. Eventual pedido de prorrogação do referido prazo será deferido, a critério do(a) Pregoeiro(a), se apresentado tempestivamente.

9.4. A qualificação econômico-financeira deverá ser comprovada por meio de capital mínimo ou de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1 (um).

9.4.1. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.4.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.5. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante para atender de modo pertinente e compatível o objeto desta licitação, conforme art. 30 da Lei nº 8.666/93.

9.5.1. A licitante cujos dados cadastrais no SICAF incluam o fornecimento de bem ou a prestação de serviço compatível com o objeto licitado terá sua capacidade técnica presumida e ficará dispensada da apresentação do atestado de capacidade técnica.

9.6. Para a habilitação jurídica, será exigido, além dos documentos constantes no SICAF, **a Certidão de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está autorizada a operar no mercado segurador brasileiro, conforme estabelecido no Decreto n.º 60.459/67.**

9.6.1. *O pregoeiro poderá verificar a regularidade da licitante por meio de consulta à base de dados da SUSEP, pela Internet.*

9.7. **Termo de vistoria facultativa:** a Licitante poderá vistoriar, previamente, os veículos a serem assegurados até o último dia anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das suas condições, mediante prévio agendamento na DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM, situada na Praia Belo Jardim nº 555 - Galeão - Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro, telefone (21) 3479-4350, e-mail: nuap@stm.jus.br, CEP: 21.941-290.

9.7.1. A liberdade concedida à interessada para encaminhar qualquer pessoa para realizar a vistoria não enseja, sob qualquer alegação, motivo justo para que seja recusado o cumprimento de obrigação ou peculiaridade contratual.

9.7.2. A Licitante vencedora não poderá alegar, **em nenhuma hipótese**, o desconhecimento das condições dos veículos como justificativa para se eximir das obrigações assumidas decorrentes da licitação.

9.7.3. A responsabilidade sobre eventuais problemas no curso da execução do contrato, em especial de natureza estimativa de custos, decorrentes de inobservância e/ou erros da Licitante, quando da realização da vistoria e composição de custos, **é de sua plena e exclusiva responsabilidade**, não constituindo razão legal para abrandar as obrigações contratuais e/ou repactuar os valores estimados à época da licitação.

9.7.4. A vistoria constitui o meio hábil para a Licitante tomar conhecimento de todas as peculiaridades da contratação, momento em que lhe será oportunizado conhecer a garagem, dentro do Prédio Sede e com vigilância 24 (vinte e quatro), onde ficam custodiados os veículos oficiais de uso da DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM.

9.7.5. **Encaminhar o Anexo II ou III, conforme tenha realizado a vistoria ou não, conforme subitem 1.1.1 deste edital.**

9.8. Havendo a participação de microempresa ou empresa de pequeno porte na fase de lances, serão observadas as prerrogativas constantes do artigo 44 e seguintes da Lei Complementar nº 123/06.

9.9. Para fins de habilitação das Licitantes, a verificação pelo Pregoeiro nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constituirá meio legal de prova, independente do envio por Licitante.

9.10. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da Licitante, com os respectivos CNPJ e endereço.

9.11. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos solicitados no presente edital e seus anexos.

9.12. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, regulamentados pelo artigo 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

9.13. Havendo alguma restrição em documentos relativos à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração.

9.13.1. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções legalmente previstas, quando serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10. DA DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA E DA INABILITAÇÃO DE LICITANTE

10.1. A Licitante que não atender às exigências dos itens 5 (cinco) e 8 (oito) poderá, com base nos incisos I e II do art. 48 combinados com os §§ 2º e 3º do art. 44 da Lei nº 8.666/93, ter sua proposta desclassificada, bem como ser inabilitada se não atender às exigências do item 9 (nove).

11. DO RECURSO

11.1. Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da Licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo Pregoeiro.

11.2. A apresentação de memorial pela recorrente e de eventuais contrarrazões pelas demais Licitantes será realizada

exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (três reais) dias úteis, contados a partir da data do encerramento da sessão pública, consignado pelo Pregoeiro na respectiva ata.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, até o prazo final estabelecido pelo Pregoeiro na sessão pública deste pregão eletrônico, implicará a decadência desse direito da Licitante, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à vencedora.

11.4. O recurso porventura interposto contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo e, se acolhido, invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões, e ao Diretor do Foro da DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM, a decisão final sobre os recursos contra atos do Pregoeiro, a qual será registrada em campo específico no âmbito do sistema eletrônico.

11.6. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Diretor do Foro da DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM poderá homologar este procedimento de licitação e determinar a contratação.

11.7. O acesso ao processo eletrônico poderá ser obtido mediante solicitação, via e-mail, ao seguinte endereço: nuap@stm.jus.br, ressalvadas as informações orçamentárias, tendo em vista a prerrogativa do orçamento sigiloso (art. 15 do Decreto nº 10.024/19).

12. DA ADJUDICAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto deste edital será o menor preço por item.

13. DA CONVOCAÇÃO

13.1. A Administração DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM convocará oficialmente a Licitante vencedora, durante a validade da sua proposta, para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais 5 (cinco), a pedido da parte, devidamente justificado, e autorizado pela Administração, assinar o termo contratual e/ou retirar a nota de empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, no art. 7º da Lei no 10.520/02 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/19.

13.2. O representante da Licitante vencedora, após a publicação do resultado do julgamento do certame no Diário Oficial da União, deverá obrigatoriamente, se cadastrar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço: https://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo no gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0, para assinatura digital do contrato ou da ata de registro de preços ou para acusar o recebimento da nota de empenho.

13.2.1. A não obtenção do cadastro como usuário externo, bem como eventual erro de transmissão ou recepção de dados não imputáveis a falhas do SEI-JMU ou de sistema integrado, não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos.

13.2.2. As pessoas jurídicas ficam obrigadas a solicitar a inativação de usuários externos que não pertençam mais aos seus quadros, sob pena de responsabilização pelo uso indevido do sistema.

13.2.3. O uso indevido do sistema será passível de apuração de responsabilidade nas esferas administrativa, civil e penal.

13.2.4. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste edital.

13.2.5. O referido cadastro possibilitará à licitante vencedora/contratada realizar o Peticionamento eletrônico, regulamentado pelo Ato Normativo STM nº 430, de 28 de julho de 2020, para o envio dos documentos necessários durante todo o período da contratação, tais como: documentos pessoais do responsável legal, procurações, contratos sociais, ofícios diversos, pedidos de repactuação/reajuste, notas fiscais, faturas e comprovantes de pagamentos de encargos, defesa prévia e recursos referentes a penalidades contratuais, entre outros.

13.2.5.1. De acordo com o artigo 14 do referido Ato, não será admitido intimar ou protocolar documentos por meio físico, exceto quando houver inviabilidade técnica ou indisponibilidade do meio eletrônico cujo prolongamento cause dano relevante à celeridade ou à instrução do processo, ou quando houver exceção prevista em instrumento normativo próprio.

13.3. É facultado à Administração, quando a Convocada não assinar o contrato e/ou retirar a nota de empenho no prazo e condições estabelecidos, chamar as Licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e pelo preço ofertado.

14. DA NOTA DE EMPENHO DA CONTRATAÇÃO

14.1. A contratação dar-se-á pela emissão de nota de empenho.

14.2. Este edital, seus anexos, a proposta vencedora e demais documentos que a acompanham farão parte da nota de empenho, independentemente de sua transcrição.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

15.1. O prazo de vigência do contrato de seguro, representado pela nota de empenho, será a partir de **24 horas do dia 28 de dezembro de 2022 até 24 horas do dia 28 de dezembro de 2023.**

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. A Contratada está dispensada da prestação da garantia prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/93.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. **Garantir assistência 24 (vinte e quatro) horas.**

17.2. A Seguradora responderá pelos danos ocorridos aos veículos segurados em circulação, parados ou durante seu transporte, produzidos por causas alheias à vontade da Seguradora ou do condutor, **decorrentes de:**

17.2.1. colisão com veículos, pessoas, animais ou coisas, abalroamento, capotamento e choque;

17.2.2. queda do veículo e queda de agentes externos sobre o veículo;

17.2.3. acidente durante o transporte do veículo segurado, por veículos próprios e/ou de terceiros, devidamente equipados e licenciados para o transporte de carga;

17.2.4. submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

17.2.5. granizo;

17.2.6. raio e suas consequências;

17.2.7. incêndio e explosão decorrentes de qualquer causa;

17.2.8. roubo ou furto total;

17.2.9. danos sofridos pelo veículo segurado durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros;

17.2.10. os danos causados pela tentativa de roubo/furto;

17.2.11. RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa);
17.2.12. APP (Acidente por Passageiro).
17.2.13. Além das coberturas referidas nos itens anteriores, **haverá cobertura adicional com os seguintes itens:**
17.2.13.1. danos a vidros, lanternas, faróis e retrovisores;
17.2.13.2. assistência 24 (vinte e quatro) horas, ao veículo e aos passageiros, com os seguintes serviços mínimos:
17.2.13.3. chaveiro;
17.2.13.4. assistência com socorro mecânico;
17.2.13.5. guincho dentro e fora da cidade do Rio de Janeiro, com limite de pelo menos 100 (cem) km;
17.2.13.6. transporte de passageiro e do condutor a serviço da seguradora por imobilização do veículo segurado;
17.2.13.7. transporte de passageiros e do condutor a serviço da seguradora por roubo ou furto do veículo.
17.3. Emitir e entregar a apólice do seguro, em até 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da nota de empenho pela Contratada.
17.4. Fornecer, junto com a apólice de seguro, manual ou documento equivalente, contendo informações sobre quais as providências a serem tomadas em casos de sinistro.
17.5. Indenizar, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação oficial feita pela Contratante, a cobertura devida e, até o limite das respectivas importâncias, os prejuízos diretamente resultantes dos riscos cobertos pelas garantias contratadas pela Contratante para as pessoas e para o veículo, cujas especificações constam do Termo de Referência (Anexo I).
17.6. Autorizar a execução dos serviços de reparação em até 2 (dois) dias úteis, a contar da comunicação oficial feita pela Contratante:
17.6.1. O pagamento do seguro em decorrência de sinistro, quando for o caso, será efetuado pela Contratada.
17.6.2. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Contratante, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.
17.6.2.1. Caso esta não esteja com sua documentação regular para contratação com a Contratante, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
17.7. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, sociais, fiscais e comerciais resultantes da contratação.
17.8. Manter seus dados cadastrais atualizados junto a Contratante e ao SICAF, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou se tornem desatualizados.
17.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a Contratante, a qualquer tempo, exigir as respectivas comprovações.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Comunicar, imediatamente, à Contratada a ocorrência de sinistro.
18.2. Proteger o veículo sinistrado de modo a evitar o agravamento dos danos.
18.3. Aguardar a autorização da Contratada, antes de proceder à reparação de danos.
18.4. Comunicar à Contratada, imediatamente e por escrito, quaisquer fatos ou alterações referentes aos veículos, ocorridos na vigência da apólice.
18.5. Efetuar o pagamento no prazo estipulado no edital.
18.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

19. DAS PENALIDADES APLICÁVEIS NO CURSO DA LICITAÇÃO

19.1. A Licitante, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará sujeita à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, assegurada a prévia e ampla defesa, pelos seguintes prazos:
19.1.1. pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses quando:
19.1.1.1. apresentar documentação falsa;
19.1.1.2. cometer fraude fiscal;
19.1.1.3. comportar-se de modo inidôneo;
19.1.1.3.1. Considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.
19.1.2. pelo período de 1 (um) mês quando:
19.1.2.1. ensejar o retardamento da execução do certame;
19.1.2.1.1. Considera-se retardamento na execução do certame qualquer ação ou omissão da Licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato ou ata de registro de preços.
19.1.2.2. não mantiver a proposta;
19.1.2.2.1. Considera-se não manutenção da proposta a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pela Licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.
19.1.3. pelo período de 15 (quinze) dias quando deixar de entregar documentação exigida para o certame.
19.2. As penalidades previstas poderão ser agravadas em 25% (vinte e cinco por cento) de sua pena-base, para cada agravante, em decorrência do seguinte:
19.2.1. quando restar comprovado que a Licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
19.2.2. quando a Licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo; e/ou
19.2.3. quando restar comprovado que a Licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.
19.3. As penalidades previstas nos subitens 19.1.1.1, 19.1.2.1., 19.1.2.2. e 19.1.3 serão reduzidas em 50% (cinquenta por cento), apenas uma vez, após o cálculo da incidência prevista no subitem 19.2, quando não tenha havido nenhum dano a DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:
19.3.1. a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável da Licitante ou Contratada;
19.3.2. a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
19.3.3. a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.
19.4. A penalidade prevista no subitem 19.1.3. será afastada, quando tenha ocorrido a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos a DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM, observando-se,

ainda, cumulativamente:

- 19.4.1. a ausência de dolo na conduta;
 - 19.4.2. que a documentação seja entregue e esteja correta e adequada ao que foi solicitado;
 - 19.4.3. que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
 - 19.4.4. que não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;
 - 19.4.5. que a penalidade esteja estabelecida em prazo não superior a 2 (dois) meses; e
 - 19.4.6. que a licitante faltosa não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou contratações ocorridos nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.
- 19.5. Quando a ação ou omissão da Licitante ensejar o enquadramento da conduta em penalidades distintas, prevalecerá a sanção mais grave.
- 19.6. Na apuração dos fatos, a DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM atuará com base no princípio da boa fé objetiva, assegurando à Licitante a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.
- 19.6.1. A DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM deverá formar sua convicção com base na demonstração dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade dos documentos e informações apresentadas na defesa.

20. DAS PENALIDADES APLICÁVEIS NO CURSO DA CONTRATAÇÃO

20.1. A Contratada, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará sujeita à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, sem prejuízo da aplicação da penalidade de multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, da rescisão unilateral do contrato, das responsabilidades civil e criminal e das demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, nos seguintes casos e prazos:

20.1.1. pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses, quando:

- 20.1.1.1. apresentar documentação falsa;
- 20.1.1.2. fraudar a execução do contrato;
- 20.1.1.3. cometer fraude fiscal;
- 20.1.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

20.1.1.4.1. Considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, tais como: agir em conluio ou em desconformidade com a lei, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

20.2. A Contratada, com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, nos casos de retardamento ou de falha na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e das demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades, além de implicar no descredenciamento no SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 49 do Decreto nº 10.024/2019):

20.2.1. advertência, nos casos em que ocorrerem:

- 20.2.1.1. irregularidades de pequena monta, para as quais tenha o Contratante concorrido;
- 20.2.1.2. descumprimentos das obrigações contratuais que não acarretem prejuízo para o Contratante;
- 20.2.1.3. execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa.

20.2.2. impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, em casos de inexecução total ou parcial das obrigações;

20.2.3. suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

20.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 20.2.3;

20.2.4.1. Dão ensejo à aplicação de declaração de inidoneidade condutas graves da Contratada, bem como as descritas nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993 transcritas abaixo, e desde que devidamente comprovado o seu dolo ou a sua culpa grave no processo administrativo:

a) obter vantagem indevida ou se beneficiar, injustamente, de modificações ou prorrogações contratuais para as quais comprovadamente concorreu;

b) fraudar, em prejuízo da DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM, contrato para aquisição ou venda de bens ou mercadorias:

- b.1) vendendo como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;
- b.2) entregando uma mercadoria por outra;
- b.3) alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- b.4) tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a execução do contrato.

c) celebrar contrato com a DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM mesmo tendo sido declarada inidônea.

20.2.5. multas:

20.2.5.1. multa compensatória:

- a) de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da nota de empenho, em caso de inexecução total;
- b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, em caso de inexecução parcial da contratação, que também estará configurada quando:

b.1) a Contratada enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na tabela

3 do subitem 20.2.5.5, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1 do mesmo subitem, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente;

b.2) a Contratada deixar de regularizar as suas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, no prazo determinado pela Fiscalização, nos termos do subitem 17.9. deste edital.

20.2.5.2. multa moratória, nos casos de atrasos injustificados na entrega da apólice de seguro, de:

a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor do prêmio das apólices de seguro em atraso, até 20 (vinte) dias;

b) 15% (quinze por cento) sobre o valor do prêmio das apólices de seguro em atraso, após o 20º (vigésimo) dia, se persistir o interesse da Administração na contratação do seguro da totalidade da frota de veículos oficiais da DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM.

b.1) Se a Administração perder interesse na contratação, a Contratada estará sujeita à multa compensatória prevista na alínea "a" do subitem 20.2.5.1.

20.2.5.3. multa moratória, nos casos de atrasos injustificados na cobertura pelos danos ocorridos nos veículos segurados, de acordo com o Termo de Referência, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 15% (quinze por cento) do respectivo valor total.

a) a Administração poderá perder interesse na contratação do seguro da totalidade da frota de veículos oficiais da DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM, após 30 (trinta) dias de atraso, hipótese em que a Contratada estará sujeita à multa compensatória prevista na alínea "b" do subitem 20.2.5.1.

20.2.5.4. a cada 3 (três) advertências aplicadas em desfavor da Contratação, aplicação de multa com Grau 3, conforme

Tabelas 1 e 2 do subitem 20.2.5.5.;

20.2.5.5. multas, conforme as infrações cometidas, o grau e os pontos respectivos, indicados nas tabelas abaixo:

Tabela 1:

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

20.2.5.5.1. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (R\$)
1	R\$ 30,00
2	R\$ 40,00
3	R\$ 90,00
4	R\$ 120,00
5	R\$ 500,00
6	R\$ 1.000,00

Tabela 3:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Atrasar para fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações sobre quais as providências a serem tomadas em casos de sinistro	2	Por ocorrência
2	Permitir situação que cause prejuízos a 1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.	5	Por ocorrência
3	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência

Para os itens a seguir, deixar de:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
4	Deixar de prestar os serviços de assistência 24 horas.	5	Por ocorrência
5	Apresentar, juntamente com o documento fiscal, as comprovações atualizadas das regularidades fiscal (Receita Federal, Estadual e Municipal), previdenciária (INSS), trabalhista (CNDT) e fundiária (FGTS), da inexistência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - (CEIS) do Portal da Transparência, da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ e da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro de Licitantes Inidôneos disponível no Portal do TCU.	1	Por ocorrência
6	Comunicar ao Contratante, por escrito, toda e qualquer anormalidade observada quando da execução do contrato	2	Por ocorrência
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO sobre quaisquer outras obrigações acessórias contratuais não previstas nesta tabela.	4	Por ocorrência

20.2.5.6. multa de 0,1% (zero vírgula um por cento), ao dia e/ou por ocorrência, até o limite de 5% (cinco por cento), sobre o valor da nota de empenho, no caso de descumprimento de quaisquer outros itens previstos no edital e no termo de referência, por item descumprido.

20.3. Na aplicação das penalidades, serão observados os seguintes balizamentos:

20.3.1. os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;

20.3.2. a atuação da contratada em minorar, eliminar ou reparar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

20.3.3. a execução satisfatória das demais obrigações contratuais;

20.3.4. a não existência de efetivo prejuízo material à Administração ou terceiros; e/ou

20.3.5. a reincidência do descumprimento contratual, que, para ser determinada, serão considerados os últimos 12 (doze) meses de antecedentes da Contratada, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto.

20.4. Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos nos subitens 20.3 e 20.8.

20.5. A Administração da DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

20.5.1. Será considerado irrisório valor igual ou inferior a:

20.5.1.1. R\$ 300,00 (trezentos reais), para obras e serviços de engenharia;

20.5.1.2. R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), para compras e serviços não referidos no inciso anterior.

20.5.2. Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.

20.5.3. Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.

20.5.4. Caso não ocorra a reincidência nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da primeira ocorrência, ou a vigência contratual encerre antes desse período, a multa suspensa deve ser convertida na penalidade de advertência.

20.6. O valor da(s) multa(s) será(ão) descontado(s) das faturas devidas à Contratada.

20.6.1. Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da(s) multa(s), a diferença será descontada da garantia contratual, se esta tiver sido prevista no contrato.

20.6.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes ou se os valores das faturas forem insuficientes e a Contratada tiver sido dispensada da apresentação da garantia, a(s) multa(s) deverá(ão) ser recolhida(s) como receita da União, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União (GRU), sob pena de ser o processo encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a inscrição do crédito na dívida ativa da União e o ajuizamento da execução fiscal.

20.7. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, impedimento de licitar e contratar com a União, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

20.8. Na apuração dos fatos, a DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM atuará com base no princípio da boa fé objetiva, assegurando à Contratada a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

20.8.1. Do procedimento de aplicação da penalidade caberá defesa prévia na forma do art. 87, § 2º e recurso nos termos do art. 109, ambos da Lei nº 8.666/1993.

20.8.2. A DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM deverá formar sua convicção com base na demonstração dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade dos documentos e informações apresentadas na defesa.

21. DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

21.1. A critério da Administração, o objeto desta licitação poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, observado o disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

21.2. O acréscimo ou supressão contratual não poderá exceder os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, salvo a supressão decorrente de acordo celebrado entre as partes.

22. DA DESPESA

22.1. A despesa correrá à conta de dotação consignada à Justiça Militar da União pela Lei Orçamentária para o exercício de 2022, mediante emissão de nota de empenho, com as seguintes fontes de recurso:

22.1.1.

PTRES:	167544 - JUPROC - Julgamento de Processos e Gestão Administrativa
Elemento(s) de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Encargo(s):	16.04.05.00.000 - Seguro total para veículos oficiais
Fonte:	100000000 - Recursos Ordinários
Diretriz:	30000 - Despesas Discricionárias

23. DO REAJUSTE DE PREÇO

23.1. Na forma da legislação vigente, **não haverá reajuste de preços.**

24. DO PAGAMENTO

24.1.0 pagamento será efetuado mediante a apresentação de nota fiscal de serviço (NF), acompanhada das informações quanto aos seus dados bancários e de cópia da nota de empenho, para atestação e posterior liquidação e pagamento da despesa pela Contratante, na cidade do Rio de Janeiro, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do serviço, pela atestação da respectiva nota fiscal, nos termos do artigo 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93.

24.1.1. O pagamento será efetuado pela Administração **em parcela única**, quando do recebimento definitivo da apólice.

24.2. Informações sobre notas fiscais ou recibos encaminhados ao Núcleo de Apoio ao Diretor do Foro (NUAP) para pagamento somente serão prestadas por intermédio do correio eletrônico nuap@stm.jus.br ou pelo telefone no (21) 3479-4350:

24.2.1. na consulta, deverão ser informados o nome da Contratada, CNPJ ou CPF, número da nota fiscal ou recibo, data e número do Processo SEI 001762/22-01.001.

24.3. No caso de a Contratada ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), ela deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

24.4. No ato da efetivação do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo

com a IN nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas alterações.

24.5. Em atendimento ao artigo 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993, juntamente com o documento fiscal, caberá à Contratada para si e para cada pessoa física e/ou jurídica que, vinculada por relação de trabalho e/ou por outra relação jurídica com a Contratada, tenha atuado diretamente na execução do Contrato, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital/contrato, apresentar, conforme o caso, as comprovações atualizadas.

a) das regularidades fiscal (Fazenda Federal e Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso), previdenciária (INSS), trabalhista (CNDT) e fundiária (FGTS).

b) da inexistência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – (CEIS) do Portal da Transparência; e

c) da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenação Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ; e

d) da inexistência de registros impeditivos de contratação no Cadastro de Licitantes Inidôneos disponível no Portal do TCU.

24.6. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 (setenta e duas) horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

24.7. A DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM reserva-se o direito de se recusar ao pagamento se, na ocasião prevista para a atestação, o objeto deste edital não estiver de acordo com o licitado, proposto e contratado.

24.8. É vedado à Licitante vencedora, sob pena de rescisão contratual, negociar ou caucionar a nota de empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto deste edital.

24.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para o fato, a atualização financeira devida, entre a data que deveria ser efetuado o pagamento e a data correspondente ao efetivo pagamento, será calculada da seguinte forma, devendo a atualização prevista nesta condição ser incluída em nota fiscal a ser apresentada posteriormente:

$$AF = I \times N \times VP$$

, onde:

AF = atualização financeira devida;

I = 0,0001644 (índice de atualização dia);

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor do pagamento devido.

25. DO RECEBIMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DA ATESTAÇÃO

25.1. O recebimento, a fiscalização e atestação dos serviços caberão à comissão ou ao servidor designado pelo Diretor do Foro da DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM.

25.2. O servidor designado é responsável pelo fiel cumprimento do contrato, bem como pela anotação, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, cumprindo-lhe determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

25.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas competentes.

26. DA RESCISÃO CONTRATUAL

26.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93:

26.1.1. os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

26.2. A rescisão do contrato poderá ser:

26.2.1. determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

26.2.2. amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Contratante;

26.2.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

26.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

27. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO OU DA TRANSFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

27.1. A licitação poderá ser revogada, em face de razões de interesse público, ou anulada por ilegalidade, na forma do disposto no art. 50 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, ou remarcada de acordo com a conveniência da DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM.

28. DO FUNDAMENTO LEGAL

28.1. A presente licitação fundamenta-se no disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, cujos inteiros teores integram o presente edital.

29. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

29.1. As comunicações entre o Contratante e a Contratada serão feitas por escrito e juntadas aos autos pela fiscalização.

29.2. É expressamente proibido à Contratada:

29.2.1. subcontratar o objeto deste pregão, exceto a subcontratação parcial devidamente autorizada pelo Contratante, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais;

29.2.2. veicular publicidade comercial acerca do objeto deste edital, salvo se houver prévia autorização do Diretor do Foro da DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM.

29.3. Até a assinatura do contrato e/ou o recebimento da nota de empenho, a autoridade superior poderá desclassificar a Licitante vencedora, mediante despacho fundamentado, caso tenha conhecimento de qualquer fato anterior ou posterior ao julgamento deste edital que venha a desaboná-la técnica, financeira ou administrativamente, não cabendo à Licitante desclassificada reclamação, indenização ou ressarcimento.

29.4. As informações sobre o andamento do processo não serão dadas por telefone, mas afixadas no quadro de avisos localizado na DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM, no Térreo do edifício-sede da 1ª CJM, ou publicadas no Diário Oficial da União, quando for o caso.

29.5. Considerando a possibilidade de retirada eletrônica deste edital, disponível nos site www.gov.br/compras, prevalecerá, em caso de divergência, o edital adquirido na DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM, com as respectivas

assinaturas.

29.6. Em caso de divergência entre a descrição do item constante do site www.gov.br/compras e a descrição do item constante deste edital, prevalecerá a última.

29.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração da DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM, com base na legislação vigente.

29.8. – **ATENÇÃO:** Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Ato Normativo nº 142, 1º de junho de 2015.

29.8.1. Para tanto, o representante da Licitante vencedora, após a publicação do resultado do julgamento do certame no Diário Oficial da União, deverá obrigatoriamente, se cadastrar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço:

29.8.1.1. https://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0, para assinatura digital do contrato, se for o caso.

29.9. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste edital.

30. DO FORO

30.1. Fica eleito o foro da Capital da Cidade do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2022.

DR. JORGE MARCOLINO DOS SANTOS
Juiz Federal, Diretor do Foro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. DO OBJETO

1. Contratação de SEGURO TOTAL, referente à frota de uso da 1ª Circunscrição Judiciária Militar (1ª CJM), com vigência em todo o território nacional e cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas, visando zelar e preservar o patrimônio público, como também de se resguardar de despesas com indenização aos usuários e veículos de terceiros, decorrentes de sinistros.

1.1. DAS ESPECIFICAÇÕES

ITEM ESPECIFICAÇÕES

- | ITEM | ESPECIFICAÇÕES |
|------|---|
| 1 | Prestação de serviço Seguro Total para os veículos da frota oficial da DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM, em todo o território nacional, com franquia obrigatória e cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas, de acordo com a Planilha anexa a este Termo de Referência. |

2. DAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA ESTA CONTRATAÇÃO

- a. Prazo de término de vigência do seguro atual: às 23h59min horas do dia 28 de dezembro de 2022.
- b. **Prazo de vigência do seguro a contratar:** das 24hs do dia 28 de dezembro de 2022 até às 24h do dia 28 de dezembro de 2023.
- c. Atual seguradora: **GENTE SEGURADORA S/A (CNPJ 061.074.175/0001-38).**
- d. **Número da Apólice vigente:** Apólice 01.31.0092434.000000 - documento SEI 2520939, nos termos do Processo SEI 001102/21-01.001.
- e. Código Registro SUSEP: 06793.
- f. Processo SUSEP nº 15414.001996/2004-18.
- g. **Não houve sinistralidade no ano de 2022**, conforme consta no subitem 2 da Informação 2858175.
- h. A presente contratação deverá observar o disposto na **Circular SUSEP nº 621, de 12 de fevereiro de 2021 e na Circular SUSEP nº 642, de 20 de setembro de 2021.**
- i. **No momento desta contratação, não existe nenhum dos veículos oficiais, constantes no item 17 deste Termo Referencial, que se encontram parados ou em oficinas para manutenção.**
- i. Os veículos circulam, predominantemente, no município do Rio de Janeiro.
- k. Todavia, o âmbito de jurisdição desta Justiça Castrense abrange os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.
- l. Nenhum dos veículos constantes no item 17 deste Termo Referencial foi adquirido mediante leilão.
- m. Nenhum dos veículos constantes no item 17 deste Termo Referencial está com o licenciamento anual obrigatório não regularizado.
- n. Nenhum dos veículos constantes no item 17 deste Termo Referencial foram transformados ou houve alguma alteração nas suas características.
- o. As placas dos veículos constantes no item 17 deste Termo Referencial estão em conformidade com as categorias informadas no Certificado de Registro do Veículo (CRV) e no Certificado de Registro de Licenciamento (CRLV).

p. Todos os veículos no item 17 deste Termo Referencial ficam custodiados na garagem do Edifício Sede da 1ª CJM.

q. Nenhum dos veículos a serem segurados possui blindagem.

3-DA NECESSIDADE E DA JUSTIFICATIVA

1. A presente contratação encontra-se em execução mediante Apólice 2520939, nos termos do Processo SEI 001102/21-01.001.

2. Cumprimento aos termos do Despacho 2855908 e nos termos expostos nas Informações 2855898 e 2858175.

3. A presente contratação pretende dar continuidade a prestação dos serviços de seguro e impedir a sua descontinuidade, considerando-se que o termo final da Apólice se dará em às 24 horas do dia 28 de dezembro de 2022, documento SEI 2520939, nos termos do Processo 001102/21-01.001.

4. Resguardar o patrimônio público, visto que se tratam de veículos de propriedade da 1ª Circunscrição Judiciária Militar e utilizados no transporte de magistrados e, também, para realização de serviço da instituição, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

5. A contratação de Companhia Seguradora para a prestação dos serviços de seguro total de 14 (quatorze) veículos oficiais, cujas descrições encontram-se elencadas na Informação 2858175.

6. Os veículos oficiais de uso desta CJM têm valores de mercado relativamente altos e é dever desta Administração zelar pelo patrimônio público, quando da possibilidade de acidentes.

7. Importante ressaltar, que, em caso de acidentes, o tempo utilizado para manutenção corretiva dos veículos segurados sofre redução significativa, assim como o valor gasto com a referida manutenção, uma vez que a 1ª Circunscrição Judiciária Militar arca com o pagamento de despesa somente do valor da franquia contratada.

8. Além disso, a presente contratação visa a atender ao disposto no artigo vigésimo sexto do Ato Normativo de nº 5 de 12 de fevereiro de 2010, exarado pelo Excelentíssimo Ministro Presidente do Egrégio Superior Tribunal Militar.

9. Considerando, também, as constantes mudanças climáticas, tem sido comum na cidade do Rio de Janeiro, acidentes de ordem natural, como queda de árvores e alagamentos em algumas partes das vias locais, fato esse também divulgado constantemente pela mídia.

10. A contratação de seguro pela Administração Pública visa resguardar o patrimônio público, que, numa perspectiva subjetiva, é formado pelos bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, conforme dispõem os artigos 98 e 99 do Código Civil.

11. Pelo contrato de seguro objetiva-se a mitigação dos danos para aqueles que os sofrem, subtraindo do indivíduo o risco que limita suas ações e seus planos, no tempo e no espaço, permitindo-lhe agregar valor ao seu patrimônio, e sua utilização como uma ferramenta para a redução de capital necessário para a realização de atividades econômicas, ou seja, a essência do contrato de seguro não é o pagamento de eventual indenização, mas a assunção do risco pelo segurador contra o qual o segurado quer se resguardar.

12. O seguro não reduz a incerteza em relação à ocorrência ou não do evento, tampouco altera a probabilidade de sua ocorrência, mas reduz a probabilidade de perda financeira que está relacionada ao evento.

13. É forma eficiente de zelar pelo patrimônio público, garantindo a recomposição do erário pela ocorrência de eventual sinistro que gere dano ou perda nos veículos segurados, cabendo ao gestor avaliar a real necessidade de se efetuar o seguro à luz do estado que se encontra o bem.

14. Trata-se de prestação de serviço que não pode sofrer solução de continuidade, sob pena de causar prejuízos à Administração Pública que dele necessita.

14.1. Por ser de necessidade perene para a Administração Pública, é atividade que não pode ter sua execução paralisada, sem acarretar-lhe danos.

14.1.1. É, em suma, aquele serviço cuja continuidade da execução a Administração Pública não pode dispor, sob pena de comprometimento do interesse público

15. Desta forma, premente a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro para promover a cobertura total/compreensiva e Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) dos veículos oficiais que compõem a frota desta *Justiça Castrense*, de modo a resguardá-los dos riscos a que estão expostos durante o desenvolvimento das atividades administrativas e jurisdicionais, já que atendem à diversas autoridades judiciais e administrativas no exercício de suas funções públicas.

4-DA FINALIDADE, DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Resguardar o patrimônio, visto que se trata de veículos de propriedade da 1ª Circunscrição Judiciária Militar e utilizados no transporte de magistrados, servidores e militares, para realização de serviço da instituição e no transporte pessoal de autoridades, no Rio de Janeiro/RJ.

2. Os veículos, referenciados neste Termo têm valores de mercado relativamente altos, transportam materiais e autoridades investidas em cargos de relevância, que representam a instituição na Justiça Militar da União (JMU), podendo sofrer acidentes e comprometer a missão desta Justiça Castrense, assim como causar danos aos passageiros, condutores, terceiros e prejuízos para a administração.

3. Importante ressaltar, que, em caso de acidentes, o tempo utilizado para manutenção corretiva dos veículos segurados sofre redução significativa, assim como o valor gasto com a referida manutenção, uma vez que a 1ª Circunscrição Judiciária Militar arca com o pagamento de despesa somente do valor da franquia contratada.

4. Além disso, a presente contratação visa a atender ao disposto no artigo vigésimo sexto do Ato Normativo de nº 5 de 12 de fevereiro de 2010, exarado pelo Presidente do Egrégio Superior Tribunal Militar.

5. DA COBERTURA DO SEGURO E DOS CRITÉRIOS DA EXECUÇÃO

1. A Seguradora responderá pelos danos ocorridos aos veículos segurados em circulação, parados ou durante seu transporte, produzidos por causas alheias à vontade da Seguradora ou do condutor, decorrentes de:

1.1. colisão com veículos, pessoas, animais ou coisas, abalroamento, capotamento e choque;

1.2. queda do veículo e queda de agentes externos sobre o veículo;

1.3. acidente durante o transporte do veículo segurado, por veículos próprios e/ou de terceiros, devidamente equipados e licenciados para o transporte de carga;

1.4. submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

1.5. granizo;

- 1.6. raio e suas consequências;
- 1.7. incêndio e explosão decorrentes de qualquer causa;
- 1.8. roubo ou furto total;
- 1.9. danos sofridos pelo veículo segurado durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros;
- 1.10. os danos causados pela tentativa de roubo e/ou furto;
- 1.11. RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa);
- 1.12. APP (Acidente por Passageiro).
2. Além das coberturas referidas nos itens anteriores, haverá cobertura adicional com os seguintes itens:
 - 2.1. danos a vidros, lanternas, faróis e retrovisores;
 - 2.2. assistência 24 (vinte e quatro) horas, ao veículo e aos passageiros, com os seguintes serviços mínimos:
 - 2.2.1. chaveiro;
 - 2.2.2. assistência com socorro mecânico;
 - 2.2.3. guincho dentro e fora da cidade do Rio de Janeiro, com limite de pelo menos 100 (cem) km;
 - 2.2.4. transporte de passageiro e do condutor a serviço da seguradora por imobilização do veículo segurado;
 - 2.2.5. transporte de passageiros e do condutor a serviço da seguradora por roubo ou furto do veículo.
3. As coberturas oferecidas pela CONTRATADA que não estiverem listadas no Termo de Referência, Anexo I farão parte do contrato.
4. A Franquia considerada será a obrigatória, observados os seguintes itens:
 - 4.1. Os valores da franquia deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice.
 - 4.2. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não poderá exceder o limite máximo estabelecido na apólice, não sendo cumulativas com a franquia de casco.
 - 4.3. Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ ou explosão.
 - 4.4. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
5. Do Questionário de Avaliação de Risco
 - 5.1. Os veículos são conduzidos por servidores ou militares, de acordo com as categorias devidas a cada tipo de veículo que está sendo conduzido.
 - 5.2. Os veículos permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo com segurança 24 (vinte e quatro) horas.
 - 5.3. Diante das informações fornecidas nos itens acima e devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

7. DAS IMPORTÂNCIAS SEGURADAS

1. A importância mínima segurada (expressa em reais) para o casco de cada veículo **deverá corresponder a 100% (cem por cento)** do valor Divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, divulgada pelo site www.fipe.org.br.
 - 1.1. Em caso de extinção ou interrupção da publicação desta, a tabela substituta **será a tabela MOLICAR**, divulgada pelo site ww.molicar.com.br, com o mesmo percentual, **vedada a utilização de qualquer outra tabela.**
 - 1.2. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pela DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM, independentemente da quilometragem rodada no período.
 - 1.2.1. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.
2. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa, RCF DM (Danos Materiais de Terceiros), por veículo, **será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);**
3. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa, RCF DP (Danos Pessoais de Terceiros), por veículo, **será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);**
4. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro - APP por Morte, por pessoa, será de **R\$15.000,00 (quinze mil reais);**
5. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro - APP por Invalidez, por pessoa, será de **R\$15.000,00 (quinze mil reais).**

8. DO ENDOSSE

1. Quaisquer alterações na apólice de seguro, como por exemplo: inclusão, substituição e exclusão de veículos, poderão ser requeridas pela CONTRATANTE, as quais serão processadas pela CONTRATADA, por meio de endosso, aplicando as regras dos subitens 2 e 3.
 - 1.1. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.
 - 1.2. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso efetuado pela CONTRATANTE.
2. **Da Inclusão e Substituição:**
 - 2.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluído, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.
 - 2.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.
 - 2.3. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU (Guia de Recolhimento da União), devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, a CONTRATANTE.
 - 2.4. Caberá a CONTRATANTE, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão.

2.4.1. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

3. Da Exclusão:

8.3.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT$$

onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

3.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela CONTRATANTE à operadora do referido seguro.

3.2.1. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento ou mediante ciência nos termos do Processo SEI 001762/22-01.001.

3.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

3.4. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU (Guia de Recolhimento da União), devendo a CONTRATADA enviar recibo, devidamente quitado, a CONTRATANTE.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

1. O prazo contratual é de 12 (doze) meses, iniciando a vigência da futura apólice, com o propósito de coincidir com a data de término da atual apólice de seguro dos veículos deste CJM, às 24h (vinte e quatro horas) do dia 28 de dezembro de 2022, findando-se às 24h (vinte e quatro horas) do dia 28 de dezembro de 2023.

1.1. Caso o início da cobertura somente seja possível em momento posterior a data acima indicada, a data a ser considerada será aquela indicada no memorando de início.

10. DO PERFIL DOS MOTORISTAS

1. Características individuais dos motoristas, como tempo de habilitação, idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

1.1. Na sua maioria, os veículos oficiais são conduzidos por militares colocados à disposição deste Órgão.

11. DA GUARDA E UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

1. Os veículos são conduzidos por servidores e militares.

2. Enquanto na respectiva sede, permanecem em estacionamento privativo e fechado, com segurança 24 horas, mediante empresa contratada para vigilância patrimonial.

3. Os veículos oficiais ficam estacionados e custodiados no Edifício Sede da 1ª CJM, localizado na Praia Belo Jardim nº 555 – Galeão – Ilha do Governador – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 21.941-290.

3.1. Telefone de contato: (21) 3479-4350.

3.2. E-mail: nuap@stm.jus.br.

12. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

1. A empresa contratada deverá, no que couber, cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos quinto e sexto.

13. DO SINISTRO

1. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

1.1. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da Diretoria do Foro da 1ª CJM.

2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a Diretoria do Foro da 1ª CJM poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

3. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

4. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da Diretoria do Foro da 1ª CJM, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

4.1. Os veículos serão reparados em concessionárias autorizadas da marca, em caso de sinistro, não se admitindo reparos em oficinas terceirizadas que não sejam concessionárias exclusivas da marca.

5. Indenizar no prazo estabelecido para a liquidação dos sinistros, limitado até a 30 (trinta) dias, conforme prevê o parágrafo primeiro do artigo 33, iniciada a contagem a partir da entrega de todos os documentos básicos, conforme relacionados no caput do artigo 33, ressalvado o disposto no seu parágrafo segundo, todos com amparo no art. 43 da Circular SUSEP nº 621, de 12 de fevereiro de 2021 ("Art. 43. Deverá ser estabelecido prazo para a liquidação dos sinistros, limitado a trinta dias, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos previstos no art. 41").

5.1. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização, além das penalidades previstas em lei.

14. DA INDENIZAÇÃO

1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.
2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.
3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela Diretoria do Foro e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

15. DA VISTORIA FACULTATIVA

15.1. Da Vistoria:

- 15.1.1. As licitantes interessadas **poderão** vistoriar os veículos oficiais a serem segurados.
 - 15.1.2. A vistoria poderá ser marcada previamente por intermédio do telefone (21) 3479-4350.
 - 15.1.2.1. O local da vistoria é no edifício sede da 1ª CJM, localizado na Praia Belo Jardim nº 555 – Galeão – Ilha do Governador – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 21.941-290
 - 15.1.3. A vistoria é facultativa.
 - 15.1.4. Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.
- 15.2. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

16. DAS CONDIÇÕES GERAIS

1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.
2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.
3. Não há previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota da DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM, no período da vigência do seguro.

16-DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 16.1 - Não há previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota da 1ª CJM no período da vigência do seguro.
- 16.2. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Edital.

17-DA FROTA DE VEÍCULOS

- 17.1. A frota de veículos da 1ª Circunscrição Judiciária Militar é composta pelos veículos discriminados conforme quadro que segue abaixo, podendo ser alterado por meio de novas aquisições e/ou desfazimento:

ITEM	FABRICANTE	MODELO	ANO	RENAVAM	CHASSI	PLACA	LOTADO	VALOR DO CASCO TABELA FIPE	VALOR REF. TABELA FIPE Outubro de 2022	CÓDIGO TABELA
COROLLA SEDAN										
1	TOYOTA	GLi UPPER 1.8 16v(Flex) (Aut.)	2018/2019	1176355241	9BRBL3HE7K0180154	LUE1C75	1ª AUD	100%	R\$ 91.935,00	0021
COROLLA SEDAN										
2	TOYOTA	GLi UPPER 1.8 16v(Flex) (Aut.)	2018/2019	1176412644	9BRBL3HE9K0180141	LT01D64	1ª AUD	100%	R\$ 91.935,00	0021
COROLLA SEDAN										
3	TOYOTA	GLi UPPER 1.8 16v(Flex) (Aut.)	2018/2019	1176355829	9BRBL3HE2K0180126	LMR1I20	2ª AUD	100%	R\$ 91.935,00	0021
COROLLA SEDAN										
4	TOYOTA	GLi UPPER 1.8 16v(Flex) (Aut.)	2018/2019	1176351998	9BRBL3HE5K0180119	LTN9C69	2ª AUD	100%	R\$ 91.935,00	0021
COROLLA SEDAN										
5	TOYOTA	GLi UPPER 1.8 16v(Flex) (Aut.)	2018/2019	1176415511	9BRBL3HE2K0180160	LMR1I22	3ª AUD	100%	R\$ 91.935,00	0021

		COROLLA SEDAN										
6	TOYOTA	GLi UPPER 1.8 2018/2019 1176414230 9BRBL3HE9K0180060 LT01D65 3ª AUD 100% R\$ 91.935,00 002:										
		16v(Flex) (Aut.)										
		COROLLA SEDAN										
7	TOYOTA	GLi UPPER 1.8 2018/2019 1176354598 9BRBL3HE1K0180148 LTT7D30 4ª AUD 100% R\$ 91.935,00 002:										
		16v(Flex) (Aut.)										
		COROLLA SEDAN										
8	TOYOTA	GLi UPPER 1.8 2018/2019 1176417450 9BRBL3HE3K0180054 LMT0D09 4ª AUD 100% R\$ 91.935,00 002:										
		16v(Flex) (Aut.)										
9	VOLKSWAGEN	SPACEFOX 1.6 TREND GII - 2014 01006759821 9BWPB45Z9E4129528 KPX5923 FORO 100% R\$ 42.120,00 005:										
		104 cv										
10	VOLKSWAGEN	SPACEFOX 1.6 TREND GII - 2014 01006762369 9BWPB45Z9E4129321 LRF6864 FORO 100% R\$ 42.120,00 005:										
		104 cv										
11	VOLKSWAGEN	SPACEFOX 1.6 TREND GII - 2014 1006768359 9BWPB45Z1E4126249 LRF6866 1ª AUD 100% R\$ 42.120,00 005:										
		104 cv										
12	VOLKSWAGEN	SPACEFOX 1.6 TREND GII - 2014 1006763373 9BWPB45Z2E4129368 LRF6865 2ª AUD 100% R\$ 42.120,00 005:										
		104 cv										
13	VOLKSWAGEN	SPACEFOX 1.6 TREND GII - 2014 1006767360 9BWPB45Z3E4125264 KPX5924 3ª AUD 100% R\$ 42.120,00 005:										
		104 cv										
14	VOLKSWAGEN	SPACEFOX 1.6 TREND GII - 2014 1006767875 9BWPB45Z7E4125803 KPX5925 4ª AUD 100% R\$ 42.120,00 005:										
		104 cv										

18. DA COBERTURA DO SEGURO

1. A cobertura prevista deverá ter abrangência em todo o território nacional.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. **Garantir assistência 24 (vinte e quatro) horas.**

2. A Seguradora responderá pelos danos ocorridos aos veículos segurados em circulação, parados ou durante seu transporte, produzidos por causas alheias à vontade da Seguradora ou do condutor, **decorrentes de:**

2.1. colisão com veículos, pessoas, animais ou coisas, abalroamento, capotamento e choque;

2.2. queda do veículo e queda de agentes externos sobre o veículo;

2.3. acidente durante o transporte do veículo segurado, por veículos próprios e/ou de terceiros, devidamente equipados e licenciados para o transporte de carga;

2.4. submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

2.5. granizo;

2.6. raio e suas consequências;

2.7. incêndio e explosão decorrentes de qualquer causa;

2.8. roubo ou furto total;

2.9. danos sofridos pelo veículo segurado durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros;

2.10. os danos causados pela tentativa de roubo/furto;

2.11. RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa);

2.12. APP (Acidente por Passageiro).

2.13. Além das coberturas referidas nos itens anteriores, **haverá cobertura adicional com os seguintes itens:**

2.13.1. danos a vidros, lanternas, faróis e retrovisores;

2.13.2. assistência 24 (vinte e quatro) horas, ao veículo e aos passageiros, com os seguintes serviços mínimos:

2.13.3. chaveiro;

2.13.4. assistência com socorro mecânico;

2.13.5. guincho dentro e fora da cidade do Rio de Janeiro, com limite de pelo menos 100 (cem) km;

2.13.6. transporte de passageiro e do condutor a serviço da seguradora por imobilização do veículo segurado;

2.13.7. transporte de passageiros e do condutor a serviço da seguradora por roubo ou furto do veículo.

3. Emitir e entregar a apólice do seguro, em até 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da nota de empenho pela Contratada.

4. Fornecer, junto com a apólice de seguro, manual ou documento equivalente, contendo informações sobre quais as providências a serem tomadas em casos de sinistro.

5. Indenizar, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação oficial feita pela Contratante, a cobertura devida e, até o limite das respectivas importâncias, os prejuízos diretamente resultantes dos riscos cobertos pelas garantias contratadas pela Contratante para as pessoas e para o veículo, cujas especificações constam do Termo de Referência (Anexo I).

6. Autorizar a execução dos serviços de reparação em até 2 (dois) dias úteis, a contar da comunicação oficial feita pela Contratante:

6.1. O pagamento do seguro em decorrência de sinistro, quando for o caso, será efetuado pela Contratada.

6.2. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Contratante, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

6.2.1. Caso esta não esteja com sua documentação regular para contratação com a Contratante, o pagamento da franquia

deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

7. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, sociais, fiscais e comerciais resultantes da contratação.

8. Manter seus dados cadastrais atualizados junto a Contratante e ao SICAF, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou se tornem desatualizados.

9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a Contratante, a qualquer tempo, exigir as respectivas comprovações.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Comunicar, imediatamente, à Contratada a ocorrência de sinistro.

2. Proteger o veículo sinistrado de modo a evitar o agravamento dos danos.

3. Aguardar a autorização da Contratada, antes de proceder à reparação de danos.

4. Comunicar à Contratada, imediatamente e por escrito, quaisquer fatos ou alterações referentes aos veículos, ocorridos na vigência da apólice.

5. Efetuar o pagamento no prazo estipulado no edital.

6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

21. DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato, com fundamento no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, caberá a Diretoria do Foro da 1ª CJM, que a seu critério e por meio de servidores designados por ato próprio, anexado aos autos do mencionado processo, para a função de Gestor e Fiscal, deverão exercê-los de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases de execução das obrigações, inclusive quanto ao desempenho da Contratada, sem prejuízo do dever deste de fiscalizar os seus empregados, prepostos ou subordinados.

2. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Diretoria do Foro da 1ª CJM.

3. A existência e a atuação da fiscalização da Diretoria do Foro da 1ª CJM em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integridade e à correção da execução das prestações a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros.

DR. JORGE MARCOLINO DOS SANTOS
Juiz Federal, Diretor do Foro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO (CASO NÃO TENHA REALIZADO A VISTORIA)

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO (CASO NÃO TENHA REALIZADO A VISTORIA)

Declara-se para fins de cumprimento do disposto no edital de Pregão Eletrônico nº 15/2022 (marcar um ou mais dos itens abaixo):

() tendo sido facultada a vistoria, esta foi dispensada pelo licitante, tendo este pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos referentes ao referido certame, responsabilizando-se pela fiel execução do objeto.

() Declara-se, ainda, que recebemos e examinamos toda a documentação técnica deste Edital, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, sendo detentora de todas as informações relativas à sua execução.

Loca, de de 2022.

LICITANTE

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

ANEXO III

TERMO DE VISTORIA FACULTATIVO

Cumprindo a exigência contida no Processo Licitatório n.º 15/2022 **DECLARO**, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que vistoriei a garagem existentes no Prédio Sede da **DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM**, localizado na Praia Belo Jardim n.º 555, bairro da Ilha do Governador, no Município do Rio de Janeiro/RJ, e que verifiquei as condições de todos os veículos que constam no subitem 17 do Termo de Referência, Anexo I, do Edital do Pregão Eletrônico n.º 15/2022, e estou ciente das suas características e peculiaridades, não cabendo alegações, por esta empresa, em qualquer época, de desconhecimento de estado, fatos ou detalhes que impossibilitem ou dificultem a referida prestação ou o cumprimento de todas as obrigações.

Declaro, ainda, que estou apto a iniciar o serviço de acordo com o estabelecido no Edital, caso o objeto da licitação nos seja adjudicado.

Rio de Janeiro,..... de de 2022.

(Carimbo da sociedade empresária com CNPJ) Identificação do representante da empresa que realizou a vistoria:

Assinatura do Responsável

Nome:

CPF:

Assinatura do Representante da Diretoria do Foro

Praia Belo Jardim 555 - Bairro Ilha do Governador - CEP 21.941-29 - Rio de Janeiro - RJ - <http://www.stm.jus.br/>

2876098v9